

INST.FED.DE MATO GROSSO/CAMPUS CUIABÁ - MT

Termo de Referência 36/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG 36/2025 158333-INST.FED.DE MATO GROSSO/CAMPUS CUIABÁ - MT Editado por EMILSON PINTEL ZATTAR Atualizado em 03/06/2026 18:03 (v 0.6) Status ASSINADO

Outras informações

Categoria I - alienação e concessão de direito real de uso de bens/Concessão de direito real de uso de bens Número da Contratação 23194.001135.2025-24 Processo Administrativo

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23194.001135.2025-24)

ANEXO I

MINUTA - TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, de área de bem do domínio público da União, A TÍTULO ONEROSO , destinada à implantação e exploração comercial da Cantina/Lanchonete na sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, visando atendimento aos estudantes, servidores e público em geral, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | CATSER | Descrição/ Especificação | Unidade de Medida | Quantidade Anual Estimada | Valor Unitário Estimado | Valor Anual /Global Estimado |
|------|--------|--|-----------------------|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 1 | 19356 | Concessão administrativa de uso, a título oneroso, de uma área física de 109,97 m², localizada no IFMT – Campus Cuiabá, para implantação e exploração comercial da Lanchonete/Cantina. | Concessão/ Aluguel | 12 | R\$ 2.550,00 | R\$ 30.600,00 |

1.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.2.1. Percentual de desconto;

1.2.2. O critério de julgamento da licitação será o MAIOR DESCONTO, que será convertido em MAIOR OFERTA, haja vista que o sistema oferecido pelo Portal de Compras do Governo Federal não permite o cadastro de licitação na modalidade pregão com o critério "maior oferta", que seria o mais adequado aos objetivos da contratação.

1.2.3. Maiores informações acerca da sistemática a ser adotada na fase de lances e do registro no sistema eletrônico para que se tenha a **MAIOR OFERTA** do valor anual de concessão constam **no item 9 deste Termo de Referência.**

1.3. A CESSIONÁRIA deverá atender a toda a comunidade do IFMT - Campus Cuiabá.

1.3.1. Este Termo de Referência traz maior detalhamento acerca da estimativa de público usuário em potencial, além das informações sobre o valor de concessão entre outras em seu item 5, bem como nas disposições do Estudo Técnico Preliminar, apêndice a este instrumento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, nos termos do inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021, considerando que apresentam padrões de desempenho e qualidade que estão aqui descritos objetivamente por meio de suas especificações.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado considerando a **Portaria IFMT N° 2.899, de 14 de maio de 2025**, que dispõe sobre os serviços cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sob pena de prejuízo ou dano à Administração, e resolve, em seu Art. 1º, inciso XVII declarar como prestação de serviço de execução contínua o serviço de fornecimento de alimentação.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 110, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID DO PCA NO PNCP: 10784782000150-0-000014/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 09/01/2025;

III) Id do item no PCA: 132

IV) Classe/Grupo: 632 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COMIDA;

V) Identificador da Futura Contratação: 158333-57/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A aquisição dos produtos a serem utilizados na preparação das refeições pela CESSIONÁRIA será feita, preferencialmente, dos produtores rurais da agricultura familiar e/ou oriundos de projetos da CEDENTE, quando por ela ofertados, respeitadas as condições de preço e qualidade dos demais fornecedores.

4.1.2. A futura CESSIONÁRIA deverá atender a critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade, sobretudo os estabelecidos pelo art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e também o que estabelece o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.1.3. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CESSIONÁRIA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.3.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.3.2. São proibidas, à CESSIONÁRIA, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- a)** lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- b)** lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- c)** queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d)** outras formas vedadas pelo poder público.

4.1.3.3. A futura CESSIONÁRIA deverá apresentar à fiscalização do contrato o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) dos resíduos gerados e obtidos na produção, armazenamento e fornecimento das refeições servidas na cantina, até 30 (trinta) dias após iniciadas as atividades da cantina. Este plano deverá contemplar o manejo dos resíduos gerados pela CESSIONÁRIA, desde a geração até a disposição final, de acordo com as legislações vigentes, contemplando, se necessário, um plano de ação a fim de atendê-las.

4.1.4. A CESSIONÁRIA observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.1.5. A CESSIONÁRIA deverá utilizar equipamentos elétricos que apresentem selo PROCEL ou CONPET, respectivamente, de melhor classificação energética para estes, quando aplicável.

4.1.6. A CESSIONÁRIA deverá utilizar produtos elétricos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na (s) classe (s) de melhor classificação energética e nos termos das respectivas portarias do INMETRO, que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 horas às 16h00 horas, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. A visita técnica deverá ser agendada com o Gerência de Manutenção e Logística – GML, através do e-mail gml.cba@ifmt.edu.br.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

5.1.1.1. A CEDENTE **poderá** autorizar extensão do prazo para início dos serviços mediante solicitação por escrito pela CESSIONÁRIA, com as devidas justificativas para tal extensão.

5.1.1.2. No momento da assinatura do contrato será realizada reunião de ajustes iniciais entre CEDENTE e CESSIONÁRIA, onde poderão ser esclarecidos maiores detalhes do funcionamento da Cantina /Lanchonete do IFMT - Campus Cuiabá e da prestação do serviços.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1. A CESSIONÁRIA será responsável pelo uso da área para exploração de cantina/lanchonete nas dependências do Campus Cuiabá - “Cel. Octayde Jorge da Silva”, dando preferência às preparações mais saudáveis.

5.2.2. A contratação em questão objetiva o fornecimento de sanduíches, salgados, tortas doces e/ou salgadas, sobremesas e congêneres, além de bebidas, **de forma pronta e transportada**, o que implica que toda a operacionalização, como compra e estocagem de matéria-prima, o preparo, o transporte e a distribuição dos alimentos prontos para o consumo serão de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA.

5.2.3. A cantina/lanchonete se destinará, unicamente, de forma contínua e ininterrupta, ao desempenho das atividades previstas no CONTRATO, sendo que qualquer outra atividade deverá ser autorizada pelo IFMT – Campus Cuiabá.

5.2.4. A cantina/lanchonete deverá atender ao público visitante, sem subsídio financeiro, obedecendo todos os critérios estabelecidos para a prestação do serviço, constantes neste Instrumento.

5.2.5. A execução dos serviços referentes à cantina/lanchonete deverá ser iniciada em no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. A área a ser concedida está localizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, situado na Rua Zulmira Canavarros, nº. 95, Centro, CEP: 78.005-200, Cuiabá-MT.

5.3.1. O horário de funcionamento da cantina/lanchonete será de 7:00 às 22:00 horas, de segunda a sexta-feira e de 07:00 às 11:00 horas aos sábados, devendo a CESSIONÁRIA manter pontualidade no cumprimento do horário estipulado.

5.3.1.1. O horário poderá ser alterado em caso de necessidade, apenas após acordo entre CEDENTE e CESSIONÁRIA.

5.3.1.2. Poderá haver, de forma extraordinária, funcionamento aos domingos e feriados, em caso de cursos e eventos promovidos pela CEDENTE, devendo haver comunicação à CESSIONÁRIA com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. Das recomendações gerais quanto a funcionários e funcionamento da cantina/lanchonete:

5.4.1. O número mínimo de funcionários deverá ser determinado pela CESSIONÁRIA e aprovado pela CEDENTE, de modo que se faça possível o cumprimento de todas as exigências e determinações quanto da qualidade dos serviços.

5.4.2. Deverá ser alocado para trabalhar um empregado exclusivamente no caixa, o qual, no momento em que estiver desempenhando a referida função, não poderá manipular objetos, instrumentos e utensílios que entrarão em contato com alimentos e ainda, deverá evitar transitar na área interna do balcão de atendimento ao cliente.

5.4.3. Todos os funcionários da CESSIONÁRIA deverão ser credenciados junto ao IFMT – Campus Cuiabá, sendo permitida a entrada apenas para estes.

5.4.4. Todos os funcionários da CESSIONÁRIA deverão estar devidamente uniformizados, bem como, deverão utilizar equipamentos de proteção individual e de segurança alimentar conforme as normas vigentes.

5.4.5. Todos os funcionários deverão realizar os serviços em perfeitas condições de saúde e de asseio.

5.4.6. Todos os funcionários deverão passar por inspeção médica periódica a cada 6 (seis) meses ou conforme disposições regulamentares.

5.4.7. A CESSIONÁRIA deverá cumprir as normas sindicais, federais, estaduais e municipais, higiênico-sanitárias e os procedimentos técnicos adequados à aquisição, estocagem, preparo e acondicionamento a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutritiva e sensorial dos produtos vendidos na cantina.

5.5. Espaço físico destinado à cantina/lanchonete:

5.5.1. Deverá ser implantada em área TOTAL de 109,97 m², onde deverá ser realizada a implantação dos materiais/equipamentos da cantina/lanchonete com espaço restante para disposição de mesas e cadeiras nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá “Cel. Octayde Jorge da Silva”,

5.5.2. A CESSIONÁRIA deverá atender às recomendações de ergonomia e acessibilidade: NBR 9050, NR 17, dentre outras normas que assegure a adequada estrutura para atender ao público.

5.5.3. A estrutura do local **não dispõe** de espaço próprio, equipamentos, materiais e utensílios para a produção dos alimentos (sanduíches, salgados, tortas doces e/ou salgadas, sobremesas e congêneres) a serem disponibilizados na cantina. Desta forma, fica a cargo da CESSIONÁRIA a disponibilização dos equipamentos e mão de obra necessários para esta produção, caso entender vantajoso.

5.5.4. Qualquer alteração, ampliação ou diversificação no local concedido deverá ser realizado com prévia autorização da CEDENTE e, sempre que necessário ou exigido por esta, a CESSIONÁRIA deverá demonstrar o dimensionamento físico necessário para supostas ampliações, bem como o programa dos investimentos propostos.

5.5.4.1. Os valores referentes aos gastos da CESSIONÁRIA para a adequação do imóvel no que tange as benfeitorias úteis e necessárias, autorizadas pela CEDENTE, **PODERÃO** ser descontados do valor referente à utilização do espaço, mediante acordo escrito a ser formalizado entre a CEDENTE e a CESSIONÁRIA.

5.5.4.2. Às benfeitorias voluptuárias não caberá qualquer espécie de compensação.

5.5.4.3. A realização de adaptação da área não poderá interferir nas atividades das demais dependências do IFMT – Campus Cuiabá.

5.5.5. Os aparelhos, equipamentos e materiais móveis instalados, fixados ou incorporados ao espaço concedido, destinados ao uso na prestação dos serviços advindos desta contratação permanecerão de propriedade da CESSIONÁRIA.

5.5.5.1. A CESSIONÁRIA indicará, precisamente, todos os bens móveis de seu uso, em relação a ser apresentada ao IFMT – Campus Cuiabá, por ocasião da assinatura do contrato e, durante sua vigência, deverá ser atualizada sempre que se fizer necessário.

5.5.6. A área destinada à Cantina destinar-se-á, unicamente, de forma contínua e ininterrupta, ao desempenho das atividades previstas neste Instrumento. Qualquer outra atividade deverá ser autorizada previamente pela CEDENTE.

5.5.7. A CESSIONÁRIA responsabilizar-se-á pelos reparos, manutenções, consertos e demais atividades de conservação das redes de instalações internas (elétricas, hidráulicas e rede de gás, se houver) da área concedida, devendo mantê-las em perfeitas condições de uso e funcionamento, devendo para isso:

5.5.7.1. Comunicar por escrito à CEDENTE qualquer dano ou avaria às instalações, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados.

5.5.7.2. Providenciar imediatamente o reparo das instalações ou mesmo a substituição por outra(s) nova(s), em caso de danos, avarias ou prejuízos causados, inclusive, por seus empregados ou prepostos, no desempenho de suas tarefas ou em conexão com elas.

5.5.8. Toda a manutenção efetuada nas instalações, preventiva ou corretiva, no âmbito do objeto do contrato será de responsabilidade da CESSIONÁRIA, que arcará com o ônus advindo dessa ação.

5.5.9. A CESSIONÁRIA responderá por quaisquer danos causados a infraestrutura física, sob sua responsabilidade, independentemente de dolo ou culpa, que tenham sido provocados por seus profissionais e /ou terceiros.

5.5.10. A qualquer momento do contrato a Fiscalização poderá realizar vistoria no espaço concedido.

5.5.11. A Fiscalização poderá requerer, a qualquer momento, a manutenção das instalações que apresentem defeitos, avarias ou danos.

5.5.12. Finda a concessão administrativa de uso, a CEDENTE poderá, justificadamente, exigir que as benfeitorias ou modificações introduzidas sejam retiradas às expensas da CESSIONÁRIA, que, neste caso, ficará obrigada a pagar a concessão mensal devida até que a área objeto do ajuste seja efetivamente restituída à CEDENTE.

5.6. Da limpeza do espaço de concessão:

5.6.1. A CESSIONÁRIA deverá providenciar a limpeza e higienização de toda a área concedida considerando as seguintes atividades:

5.6.1.1. DIARIAMENTE – Quantas vezes necessárias, a manutenção da higiene diária:

5.6.1.1.1. Higienização e sanitização de todos os utensílios utilizados e equipamentos;

5.6.1.1.2. Executar serviços de limpeza da área interna lavando pisos, paredes, janelas, bancadas, balcões de distribuição, etc.;

5.6.1.1.3. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, etc.;

5.6.1.1.4. Varrer, remover manchas e passar pano nos pisos;

5.6.1.1.5. Recolher, remover, separar, acondicionar e transportar o lixo, dando destinação final aos resíduos conforme termina legislação vigente;

5.6.1.1.6. Zelar e manter arrumado o material e equipamentos colocados sob sua guarda;

5.6.1.1.7. Atender às necessidades de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

5.6.1.1.8. Verificar a existência de material de limpeza relacionado ao seu trabalho, comunicando ao preposto a necessidade de reposição, quando for o caso;

5.6.1.1.9. Impreterivelmente, deverá haver uma limpeza ao final do expediente da cantina, deixando o ambiente preparado para a abertura do dia seguinte.

5.6.1.2. SEMANALMENTE no mínimo:

5.6.1.2.1. Limpar, com produto apropriado, os assentos e mesas;

5.6.1.2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

5.6.1.2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;

5.6.1.2.4. Limpar as paredes;

5.6.1.2.5. Lavar mesas e cadeiras da cantina/lanchonete;

5.6.1.2.6. Limpar o teto da cantina/lanchonete;

5.6.1.2.7. Limpar vidros das janelas (interna) da cantina/lanchonete;

5.6.1.2.3. MENSALMENTE no mínimo:

5.6.1.2.3.1. Limpar externa e internamente luminárias em geral;

5.6.1.2.3.2. Remover manchas da parede;

5.6.1.2.3.3. Limpar vidros em geral, nas duas faces;

5.6.1.2.3.4. Limpar tubulações de ar-condicionado;

5.6.1.2.3.5. Executar outras tarefas pertinentes à função, de mesma natureza e grau de dificuldade e considerados necessários na frequência mensal;

5.6.2. OUTROS:

5.6.2.1. Caberá à CESSIONÁRIA providenciar PERIODICAMENTE, de acordo com as necessidades do serviço, a desinsetização, descupinização, desratização e desinfecção completa de todo o espaço objeto da concessão, utilizando as técnicas e produtos de acordo com o estabelecido na legislação. Estes serviços deverão ser previamente comunicados e autorizados pelo IFMT – Campus Cuiabá visto que serão realizados em conjunto com as demais áreas anexas do prédio.

5.6.2.2. Independente da periodicidade descrita acima, a CESSIONÁRIA deverá providenciar desinsetização, descupinização e desratização, caso a infestação de pragas ou vetores ameace à segurança alimentar ou atentem contra a higiene e salubridade do estabelecimento, ou ainda por recomendação de órgão competente ou normas regulamentadoras, apresentando ao fiscal do contrato os comprovantes.

5.6.2.3. Considerando o serviço de alimentação, associado ao objeto, quanto à limpeza e conservação, a CESSIONÁRIA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme parâmetros do Decreto estadual nº 48.138, de 8/10/2003, do Estado de São Paulo;

III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; **VIII** - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

5.7. No espaço concedido para Cantina/Lanchonete é expressamente vedado:

5.7.1. Utilização de equipamentos que utilizem gás GLP.

5.7.2. Utilização de alto-falante e/ou congênere que produzam sons ou ruídos, prejudicial ao andamento das aulas;

5.7.3. A guarda, depósito e/ou comercialização de produtos inflamáveis, explosivos, corrosivos, tóxicos ou de forte odor;

5.7.4. Comercialização de bebidas alcoólicas e cigarros;

5.7.5. Comercialização de produtos relacionados a quaisquer tipos de jogos de azar;

5.7.6. Divulgação de materiais pornográficos e afins;

5.7.7. Propagandas político-partidárias e congêneres;

5.7.8. Veiculação de anúncios e/ou textos discriminatórios;

5.7.9. Demais vedações legais e regulamentares.

Materiais a serem disponibilizados

5.8. Para a perfeita execução dos serviços, a CESSIONÁRIA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.8.1. A CESSIONÁRIA deverá dispor de equipamentos, utensílios, maquinários, mobiliários, eletrodomésticos e todos os bens que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento e pleno cumprimento do objeto da contratação.

5.8.2. Deverão ser disponibilizados todos os utensílios necessários para o consumo dos alimentos pelo público usuário.

5.8.3. A empresa CESSIONÁRIA deverá fornecer todos os utensílios necessários à distribuição dos alimentos aos clientes, tais como: porta-guardanapos, saleiros, bandejas, pratos e talheres em aço inox (limpos e em quantidades suficientes) e outros materiais necessários à distribuição dos alimentos e prestação dos serviços;

5.8.4. A empresa CESSIONÁRIA deverá fornecer pelo menos 5 (cinco) conjuntos de mesas com 4 (quatro) cadeiras para atender aos clientes, de forma confortável e higiênica. As mesas poderão ser do tipo polipropileno, madeira (dobráveis) ou mesas de refeitório industrial com cadeiras fixas e giratórias, onde a qualquer tempo o IFMT – Campus Cuiabá poderá solicitar a troca no caso de se comprovar falta de condição de uso, danificada que forneça qualquer risco aos usuários;

5.8.4.1. As mesas e cadeiras a serem utilizadas na cantina deverão ser padronizadas e previamente autorizadas pela CEDENTE.

5.8.5. Os copos descartáveis e os guardanapos serão disponibilizados pela CESSIONÁRIA;

5.8.6. A CESSIONÁRIA deverá fornecer no mínimo 4 (quatro) lixeiras com tampa móvel e sacos plásticos em seu interior, para toda a área do estabelecimento e de acordo com as normas de coleta seletiva ou determinações da CEDENTE.

5.8.7. A CESSIONÁRIA deverá adquirir e instalar no espaço concedido para Cantina/lanchonete, no mínimo, 2 (dois) aparelhos de ar-condicionado de 48.000 (quarenta e oito mil) BTUs cada.

5.8.7.1. A CESSIONÁRIA deverá manter às suas custas os aparelhos de ar-condicionado em perfeito funcionamento, para tanto garantir durante o contrato um plano de manutenção preventiva dos mesmos, bem como providenciar imediatamente a manutenção corretiva quando necessário.

- 5.8.8.** A CESSIONÁRIA deverá adquirir e instalar Cortinas de Ar em todos os pontos de acesso do espaço concedido para Cantina/lanchonete.
- 5.8.9.** A CESSIONÁRIA deve responsabilizar-se pelo provimento de todo material necessário à manutenção das instalações da cantina/lanchonete.
- 5.8.10.** A CESSIONÁRIA somente poderá dar início à realização das atividades, nas dependências do IFMT-Campus Cuiabá, com todos os equipamentos solicitados e em pleno funcionamento.
- 5.8.11.** A CESSIONÁRIA deve responder pela manutenção diária das instalações da cantina, incluindo a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, mesas, equipamentos e utensílios utilizados nas refeições.
- 5.8.12.** A CESSIONÁRIA deve reparar ou indenizar todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do IFMT - Campus Cuiabá pelo pessoal encarregado da execução dos serviços.
- 5.8.13.** Todos os equipamentos devem ser submetidos à manutenção preventiva por empresa especializada por conta da CESSIONÁRIA.
- 5.8.14.** Os equipamentos que não estejam em pleno funcionamento, deverão ser consertados ou substituídos imediatamente.
- 5.8.15.** A CESSIONÁRIA deve comunicar à CEDENTE sempre que houver necessidade de manutenções em suas instalações.
- 5.8.16.** Todos os materiais, equipamentos e utensílios tratados neste item devem estar em perfeito estado de funcionamento e higienização.
- 5.8.17.** Havendo aumento da população atendida, a quantidade de materiais e equipamentos deverá ser acrescida, caso a conservação adequada dos alimentos exija essa condição.
- 5.8.18.** Todos os materiais, equipamentos, utensílios, maquinários e demais itens supracitados, deverão estar em perfeitas condições para utilização.
- 5.8.19.** A CEDENTE não fornecerá quaisquer equipamentos, mesas e cadeiras, sendo esses de responsabilidade da CESSIONÁRIA.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. Do espaço a ser concedido:

- 5.9.1.** Para a execução dos serviços, a CEDENTE concederá à CESSIONÁRIA uma área total de aproximadamente 109,97 m², no Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, situado na Rua Zulmira Canavarros nº 95, Centro, Cuiabá-MT.
- 5.9.2.** A CESSIONÁRIA deverá possuir, no momento da prestação de serviços, os alvarás e autorizações necessários para a produção e operacionalização dos serviços de Cantina/Lanchonete.
- 5.9.2.1.** Todas as etapas do processo de produção, transporte, disposição e distribuição das refeições deverão estar de acordo com a legislação pertinente e vigente, sendo obrigatório que a CESSIONÁRIA detenha de todos os alvarás e autorizações sanitárias necessárias para a execução dos serviços.

5.10. Do valor de concessão:

- 5.10.1.** A CEDENTE cobrará da CESSIONÁRIA o valor mensal conforme aquele ofertado na fases de lances do processo licitatório (maior oferta) pela utilização do espaço físico, sendo que o pagamento se dará pelo recolhimento através de Guia de Recolhimento da União - GRU, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, sendo a primeira parcela desembolsada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do correspondente contrato, que deverá ser preenchida conforme orientações da CEDENTE.

| Localização | Área | Valor ANUAL ESTIMADO de Concessão |
|--|-----------|-----------------------------------|
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá “Cel. Octayde Jorge da Silva” - situado na Rua Zulmira Canavarros nº 95, Centro, Cuiabá-MT. | 109,97 m² | R\$ 30.600,00* |

5.10.2. *O valor anual **ESTIMADO** de concessão foi obtido através de laudo técnico de avaliação emitido pela Diretoria de Infraestrutura - DINFRA deste IFMT, conforme DESPACHO Nº 12/2025 - RTR-DINFRA/RTR-PROAD/RTR/IFMT, aplicando-se o índice de 8% para obtenção do valor anual de concessão.

5.10.3. O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará à CESSIONÁRIA multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago referente à taxa de concessão, acrescidos de juros de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso.

5.10.4. Ao valor de concessão mensal serão acrescidos gastos com o consumo de energia elétrica e água durante o mês de referência, relacionados ao consumo do espaço concedido, não sendo permitida a concessão de “subsídios indevidos” aos ocupantes do espaço.

5.10.4.1. O cálculo da demanda mensal de água e energia elétrica será realizado pela CEDENTE tomando por base os gastos incorridos para o local, no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total das faturas apresentadas de água e energia elétrica do IFMT – Campus Cuiabá.

5.10.4.1.1. O percentual ajustado no item anterior possui valor estimado e tem a pretensão de cobrir o custo do consumo de energia elétrica e água, por isso o IFMT – Campus Cuiabá terá acesso às instalações e poderá promover medições e/ou recálculo da estimativa, com base nos equipamentos instalados pela CESSIONÁRIA, a qualquer instante na vigência do contrato, podendo reajustar o valor percentual com base nesta nova medição ou cálculo (para cima ou para baixo, conforme indicar a necessidade apurada pela medição e/ou cálculo).

5.10.4.2. A contraprestação deverá ser paga pela CESSIONÁRIA em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pela CEDENTE.

5.10.4.3. O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará à CESSIONÁRIA multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o consumo mensal de água e energia elétrica a ser pago (cálculo da demanda mensal, conforme item 5.10.4.1 deste Termo de Referência), acrescidos de juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso.

5.10.4.4. Caso a CESSIONÁRIA opte por instalar medidores isolados de água e energia elétrica nas dependências da área concedida, desde que devidamente aprovada pela CEDENTE, o ressarcimento referido no item 5.10.4. será de acordo com o consumo apresentado nas respectivas faturas.

5.10.5. O não pagamento das obrigações supramencionadas, quais sejam, do valor mensal de concessão e dos valores referentes ao consumo de energia elétrica e água do espaço concedido após 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e acatado pelo IFMT – Campus Cuiabá, será passível de aplicação das sanções previstas neste Edital.

5.10.6. Após o prazo de 90 (noventa) dias de inadimplência, a concessão de uso será automática e unilateralmente cancelada pelo IFMT – Campus Cuiabá, perdendo a CESSIONÁRIA em favor da CEDENTE, todos os valores já pagos, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10.7. Nos períodos de férias e recessos escolares com período igual ou superior a 15 (quinze) dias, a CESSIONÁRIA pagará a CEDENTE valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal de concessão de uso, devendo manter a execução do serviço.

5.10.7.1. Poderá haver a paralisação dos serviços em período de férias e recessos escolares desde que haja solicitação formal pela CESSIONÁRIA com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data

prevista para a interrupção, contendo a justificativa e demonstrativos que comprovem os motivos alegados e desde que devidamente autorizada pela CEDENTE, mantendo-se o pagamento do valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal de concessão.

5.10.8. No caso de PARALISAÇÃO das atividades da CEDENTE em razão de movimentos grevistas ou fatores outros, superiores a 20 (vinte) dias ininterruptos, sendo considerado este como motivo de força maior, a CESSIONÁRIA pagará a CEDENTE o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal da concessão de uso enquanto perdurar a paralisação.

5.10.8.1. Para os casos citados no subitem 5.10.8. poderá haver a paralisação dos serviços de distribuição de refeições desde que haja solicitação formal pela CESSIONÁRIA e desde que devidamente autorizados pela CEDENTE, mantendo-se o pagamento do valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal de concessão.

5.10.9. Para casos emergenciais não previstos que possam ocasionar a paralisação total das atividades do Campus e, por consequência, dos serviços na cantina por período superior a 30 (trinta) dias ininterruptos, poderá haver negociação entre CESSIONÁRIA e CEDENTE para a isenção do pagamento da taxa de concessão por período previamente estabelecido, conforme o caso concreto a ser avaliado pela CEDENTE.

5.10.10. As reduções de percentual não se aplicam às demais despesas (água, energia e outras) que independentemente de férias, greves, paralisações ou qualquer outra interrupção, deverão ser pagas em sua integralidade de acordo com a taxa fixa.

5.10.11. Manutenção, limpeza e conservação dos espaços serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA independentemente de férias, greves, paralisações ou qualquer outra interrupção.

5.10.12. O valor da concessão será reajustado a cada 12 (doze) meses a contar da data da vigência do prazo contratual, tomando-se por base a variação do IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) do período, ou outro indexador oficial que vier a substituí-lo.

5.10.12.1. Para o primeiro reajuste será considerado o índice acumulado no período compreendido entre o mês de início da vigência deste contrato e o mês anterior ao da incidência do reajuste.

5.10.12.2. Para os reajustes subsequentes serão considerados os índices acumulados no período compreendido entre o mês de início da vigência dos novos valores e o mês anterior ao de suas incidências, respeitando o interregno mínimo de 12 (doze) meses, inclusive em caso de prorrogação do presente contrato.

5.10.13. Sem prejuízo do valor contratual da ocupação, o preço específico mensal será revisto a cada 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, assim como as taxas de consumo de água/esgoto e energia elétrica.

5.11. Do cardápio mínimo

5.11.1. Só poderão ser colocados à venda ou expostos ao consumo, alimentos próprios para tal finalidade, sendo assim considerados os que:

5.11.1.1. Estejam em perfeito estado de conservação e dentro do prazo de validade;

5.11.1.2. Por sua natureza, composição e circunstância de produção, fabricação, manipulação, beneficiamento e quaisquer atividades relacionadas com os mesmos, não sejam nocivos à saúde, não tenham o seu valor nutritivo prejudicado e não apresentem aspectos repugnantes.

5.11.2. Para dar opções de escolha, o cardápio mínimo deverá ser elaborado com alimentos tradicionais e naturais, conforme sugestão das tabelas abaixo:

| ALIMENTOS | |
|-----------|------------------------|
| PRODUTOS | MEDIDA MÍNIMA (GRAMAS) |
| | |

| | |
|--|-------|
| Salgados assados e folhados variados – Mínimo de 8 (oito) tipos diferentes | 250 g |
| Salgados fritos – Mínimo de 2 (dois) tipos diferentes | 250 g |
| Pão Francês com manteiga – normal ou na chapa | - |
| Pão Francês com ovo | - |
| Misto quente/frio | 100 g |
| Sanduíches naturais (frios ou quentes) | 100 g |
| Cachorro-quente | 150 g |
| Torta salgada - pedaço | 150 g |
| Salada de frutas – copo ou pote | 250 g |

| BEBIDAS | |
|---|---------------|
| PRODUTOS | MEDIDA MÍNIMA |
| Água Mineral s/ gás - garrafa | 497 ml |
| Água Mineral c/ gás - garrafa | 497 ml |
| Água de coco esterilizada - TP | 200 ml |
| Bebida láctea UHT TP – Sabor Chocolate | 200 ml |
| Café preto xícara (sem açúcar) - Tipo Tradicional | 180 ml |
| Café c/ leite xícara (s/ açúcar) - Tipo Tradicional | 180 ml |
| Suco natural copo (sabores) | 300 ml |
| Suco natural copo (sabores) | 500 ml |
| Suco polpa copo (sabores) | 300 ml |
| Suco polpa copo (sabores) | 500 ml |
| Refrigerante lata (sabores) - comuns, diet, light, zero | 220 ml |
| Refrigerante lata (sabores) - comuns, diet, light, zero | 350 ml |
| Refrigerante (sabores) - comuns, diet, light, zero | 1 L |
| Refrigerante (sabores) - comuns, diet, light, zero | 2 L |

5.11.3. Dentre os alimentos componentes do cardápio mínimo da lanchonete deverão estar inclusas opções destinadas a pessoas com necessidades específicas relacionadas à alimentação: doença celíaca, diabetes, intolerância à lactose, alergia à proteína do leite e opções para vegetarianos.

5.11.4. A CESSIONÁRIA poderá incrementar o cardápio mínimo com itens alheios à relação supramencionada (observando as vedações elencadas no item 5.7. deste instrumento) com as seguintes sugestões:

5.11.4.1. Doces: sobremesas variadas, bombons variados, biscoitos variados, barras de cereais, balas e doces diversos, sorvetes variados, açaí com condimentos etc.

5.11.4.2. Salgados: salgadinhos de milho assados(sabores variados), biscoitos integrais etc.

5.11.4.3. Bebidas: refrigerantes de baixa caloria, bebidas mistas (de guaraná, açaí e ginseng ou derivados), preparados de café etc.

5.11.4.4. Para os itens incrementados pela CESSIONÁRIA, os preços praticados deverão ser previamente aprovados pela CEDENTE, que avaliará a tabela de acordo com os valores médios de mercado locais.

5.11.5. A CEDENTE poderá cancelar a venda de toda e qualquer mercadoria ou produto, quando julgar inconveniente ao interesse público e sua imagem.

5.11.6. Não será permitida em nenhuma hipótese a venda de bebidas alcoólicas e cigarros na cantina/lanchonete.

5.11.7. As bebidas preparadas deverão ser servidas em recipiente fornecido pela CESSIONÁRIA sem adição de açúcar ou adoçantes, os quais devem ser disponibilizados em sachês ou embalagens próprias, para consumo opcional pelos usuários.

5.11.7.1. A adição de açúcar ou adoçante apenas poderá ser realizada na preparação de bebidas caso autorizada pelo público consumidor no momento de sua preparação.

5.11.8. Todos os gêneros, condimentos ou quaisquer componentes utilizados na elaboração dos lanches, bem como de seus acompanhamentos, deverão ser de primeira qualidade e apresentar-se em perfeitas condições de preservação, garantindo o bem-estar da comunidade e deverão ter seus recebimentos programados dentro do expediente administrativo da CEDENTE, podendo ser fiscalizado pelos Órgãos competentes da Saúde e da Vigilância Sanitária.

5.11.9. Os funcionários da cantina/lanchonete deverão utilizar sempre garfos, pegadores de alimentos e guardanapos de papel para manusear os alimentos.

5.11.10. Os ingredientes necessários para o preparo dos lanches deverão ser de boa qualidade, de procedência conhecida e dentro do prazo de validade.

5.11.11. Os alimentos deverão ser preparados dentro de padrões higiênico-sanitários adequados, de acordo com as normas de manipulação e preparação de alimentos, compreendendo, entre outras: a Resolução CNNPA nº 33 de 09 de novembro de 1977, Código de Defesa do Consumidor, a Resolução RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da Anvisa, a Instrução Normativa SES/DF nº 16 de 23 de maio de 2017 da Subsecretaria de vigilância à saúde do DF ou outras que as substituem ou complementam, que dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação e o Regulamento da Promoção, Preservação e Recuperação da Saúde no campo de competência do Distrito Federal.

5.11.12. A prestação dos serviços deverá atender, igualmente, às demais legislações pertinentes ao seu objeto, em especial à Portaria do Ministério da Saúde nº 1428/1993, à NBR 14.701, que trata do transporte de gêneros alimentícios refrigerados, bem como observar as Resoluções do Ministério da Saúde RDC nº 216 e RDC nº 275.

5.11.13. Os produtos quentes não preparados no momento de serem servidos na lanchonete, a exemplo de salgados fritos ou assados, devem ser dispostos em balcões térmicos e, sempre que solicitado pelos clientes, aquecidos em forno micro-ondas.

5.11.14. Não será admitido que os alimentos preparados no dia anterior sejam reaproveitados.

5.12. Dos preços a serem praticados na cantina/lanchonete:

5.12.1. A tabela de preços praticados **deverá ser exposta para os usuários em local visível a todos e previamente aprovada pela CEDENTE**, podendo esta, com base na verificação de preços de mercado, solicitar a redução de preços, a qualquer tempo, se verificada qualquer incompatibilidade com os valores praticados no mercado da cidade onde será instalada a cantina.

5.12.2. A CEDENTE, com base na verificação de preços de mercado (valor médio auferido), poderá solicitar a redução de preços, a qualquer tempo, se verificada qualquer incompatibilidade com os valores praticados no mercado da cidade e região onde será instalada a cantina/lanchonete.

5.12.2.1. Quando de sua realização pela CEDENTE, a pesquisa de mercado deverá ser efetuada com base em orçamentos captados em pelo menos 3 cantinas, padarias ou congêneres da cidade, através da média dos valores encontrados nesta pesquisa.

5.12.2.2. Caso sejam constatadas incompatibilidades entre os preços praticados na cantina/lanchonete deste IFMT – Campus Cuiabá e os encontrados a partir da referida pesquisa de mercado, a CESSIONÁRIA deverá readequar sua tabela de preços, conforme negociação prévia com a CEDENTE.

5.12.2.3. A CESSIONÁRIA não poderá onerar os preços dos alimentos quando estes forem solicitados quentes ou adoçados, assim como não poderá cobrar por temperos e condimentos, devendo ser disponibilizado no mínimo ketchup, maionese, mostarda e molho de pimenta.

5.12.2.4. Atendimentos especiais no que se refere a lanches, refeições e qualquer outro produto comercializado na cantina/lanchonete deverão ter seus preços e condições de fornecimento previamente negociados entre a CESSIONÁRIA e a CEDENTE.

5.12.3. A CESSIONÁRIA deverá praticar preços compatíveis com os regularmente adotados no mercado local para produtos congêneres, observando os princípios da razoabilidade, boa-fé e as disposições do Código de Defesa do Consumidor – CDC, especialmente quanto à vedação de práticas abusivas.

5.12.4. Os preços dos produtos comercializados deverão ser afixados em local visível e de fácil acesso aos usuários.

5.12.5. A CEDENTE poderá, mediante justificativa fundamentada e após prévia manifestação da CESSIONÁRIA, solicitar esclarecimentos acerca de preços que se revelem manifestamente excessivos em relação aos praticados no mercado local.

5.12.6. A CESSIONÁRIA deverá disponibilizar aos usuários, além do pagamento em espécie, de meios eletrônicos de pagamento compatíveis com as práticas usuais de mercado, incluindo, preferencialmente, pagamento por cartão de débito, cartão de crédito e transferência instantânea via PIX ou tecnologia equivalente, visando proporcionar maior comodidade, segurança e eficiência no atendimento.

5.12.7. Com o objetivo de reduzir filas e otimizar o atendimento nos horários de maior fluxo, a CESSIONÁRIA deverá adotar, sempre que tecnicamente viável, mecanismos alternativos de comercialização e atendimento, tais como sistema de fichas, pedidos antecipados, pagamento eletrônico prévio ou soluções equivalentes.

5.12.8. A operacionalização dos meios de pagamento e dos sistemas de atendimento será de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA, sem ônus para a CEDENTE.

5.12.9. Caso a CEDENTE verifique a inexistência ou insuficiência de mecanismos operacionais destinados à agilização do atendimento e à mitigação de filas e gargalos nos horários de maior fluxo, poderá determinar a adoção de medidas corretivas pela CESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de descumprimento injustificado.

5.12.10. Não será permitida a inclusão de taxas, tais como comissões e gorjetas, nos preços da tabela, nem a sua cobrança à parte.

5.12.11. Poderá ser solicitado pela CESSIONÁRIA, anualmente, reajuste do valor dos produtos de acordo com IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data da assinatura do contrato ou da última concessão do reajuste e ainda, desde que devidamente comprovado pela CESSIONÁRIA através de planilhas demonstrativas dos custos de produção e pesquisa de mercado local, com no mínimo 3 (três) orçamentos de cantinas/lanchonetes/padarias da região próxima ao local de concessão, a desatualização dos valores praticados na cantina deste IFMT – Campus Cuiabá.

5.12.12. O reajuste acima citado deverá ser devidamente justificado pela CESSIONÁRIA e apenas será aplicável após manifestação favorável, de maneira formal, pela CEDENTE.

5.13. Do público usuário Potencial

5.13.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá “Cel. Octayde Jorge da Silva” conta atualmente com aproximadamente 1.852 (mil oitocentos e cinquenta e dois) alunos matriculados no período integral e 1.441 (mil quatrocentos e quarenta e um) alunos matriculados no período noturno, 268 (duzentos e sessenta e oito) professores e 102 (cento e dois) técnicos administrativos, além de funcionários terceirizados para serviços de vigilância, limpeza e conservação, motoristas, recepcionistas, entre outros, em 3 (três) períodos.

5.13.2. Desta forma, caberá à CESSIONÁRIA avaliar a demanda potencial de clientes na cantina considerando a quantidade de pessoas que circulam pela unidade nos três períodos e sua capacidade de geração de retorno financeiro. Essa demanda poderá ser aumentada de acordo com a qualidade dos serviços prestados pela CESSIONÁRIA.

5.13.3. A CESSIONÁRIA deverá atender a toda a população do IFMT - Campus Cuiabá, independente de serem subsidiados ou não.

5.13.4. Os usuários da cantina farão os pagamentos de suas refeições diretamente à CESSIONÁRIA, ficando a empresa obrigada a dar o troco exato e em espécie.

5.13.5. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor não será permitida a prática de exigir valor mínimo para compras com cartão.

5.13.6. A indicação dos quantitativos acima tem apenas caráter informativo e não constitui qualquer compromisso presente ou futuro por parte do IFMT - Campus Cuiabá, que não poderá ser responsabilizado por eventuais flutuações de demanda, uma vez que todos os alunos e servidores têm autonomia a decisão de onde se alimentar.

5.13.7. O IFMT - Campus Cuiabá não tem a incumbência de informar à CESSIONÁRIA o número de pessoas que irão, de fato, se alimentar na cantina, cabendo à empresa analisar o fluxo de consumo e fazer tal estimativa, ficando a quantidade de refeições feitas no dia sob responsabilidade exclusiva da empresa a fim de proceder ao fornecimento de alimentos na quantia adequada para atender à demanda.

5.14. Da Pesquisa de Satisfação

5.14.1. A pesquisa de satisfação será realizada trimestralmente pela CEDENTE (Apêndice B do Termo de Referência) junto à clientela da cantina/lanchonete para avaliar o grau de satisfação quanto aos aspectos de atendimento, qualidade dos produtos, etc.

5.14.2. Para mensuração dos indicadores deverão ser coletadas pelo menos 50 (cinquenta) avaliações pelo público usuário, por período.

5.14.3. A pesquisa poderá ser realizada de forma on-line, através de formulário disponibilizado e divulgado pela Administração.

5.14.4. Os itens das pesquisas de satisfação serão **considerados insatisfatórios** quando o somatório de "muito insatisfeito" e "insatisfeito" **for igual ou maior que 60% (sessenta por cento)**. Sempre que o resultado de cada pesquisa de satisfação for insatisfatório, a CEDENTE deverá indicar à CESSIONÁRIA os itens insatisfatórios; solicitar a imediata melhoria dos itens em questão.

5.14.5. **Caso a pesquisa de satisfação apresente resultado insatisfatório:**

- a) em até quatro itens, será encaminhada comunicação formal a fim de obter imediata resolução dos problemas apresentados;
- b) de cinco a sete itens, a administração poderá aplicar advertência à CESSIONÁRIA;
- c) de sete ou mais itens, a administração poderá aplicar multa, proporcional à gravidade.

5.14.6. **Caso haja reincidência de pesquisa de satisfação, em período inferior a doze meses, com resultado insatisfatório:**

- a) em até quatro itens, a administração poderá aplicar advertência à CESSIONÁRIA.
- b) de cinco ou mais itens, a administração poderá aplicar multa proporcional à gravidade, podendo, ainda, rescindir o termo de concessão de uso.

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CESSIONÁRIA para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de execução dos serviços*.

6.8. O cedente poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Avaliação de desempenho da Cessionária realizada pela Cedente;

6.16.2. Pesquisas de satisfação dos usuários, referente aos itens: Cardápio, ambiente físico, tempo de atendimento entre outros;

6.16.3. Reclamações e Sugestões dos Usuários da cantina serão recebidas por meio de endereço eletrônico institucional da Cedente, sendo as reclamações e sugestões analisadas e repassadas à Cessionária para prevenção e correção de problemas.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Cedente ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Cessionária, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da cessionária, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela cessionária confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa cessionária está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Tendo em vista que este processo trata-se de **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO**, de área de bem do domínio público da União, **A TÍTULO ONEROSO**, destinado à implantação e exploração comercial da Lanchonete /Cantina na sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, não se aplicam medições e pagamentos da CEDENTE à CESSIONÁRIA.

7.1.1. Acerca do pagamento da taxa de concessão e demais taxas pela CESSIONÁRIA para o uso do espaço para exploração comercial de cantina/lanchonete, reajustes de preços de produtos e da taxa de concessão além de demais apontamento sobre o tema, as disposições necessárias restaram contempladas no **item 5.10** deste Termo de Referência.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CESSIONÁRIO que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Cessionário que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Cessionário der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Cedente.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Cedente ao Cessionário, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Cessionário, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Cedente; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Cessionário poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Cessionário, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Cedente deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Cessionário para com a Administração Cedente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Cessionário possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

9.1.1. Para esta contratação o desconto ofertado será convertido em **MAIOR OFERTA** do valor **ANUAL** de **concessão**, tendo em vista que o sistema oferecido pelo Portal de Compras do Governo Federal não permite o cadastro de licitação na modalidade pregão com o critério "maior oferta", que seria o mais adequado aos objetivos da contratação. Quanto maior for o desconto ofertado maior será o valor da taxa de concessão proposta.

9.1.2. O desconto que será convertido em maior oferta deverá ser inserido no sistema eletrônico considerando-se até 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

9.1.2.1. O intervalo mínimo entre os lances será de 0,01% (um centésimo por cento).

9.1.3. O valor total anual estimado da concessão do espaço físico objeto desta licitação é R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), referente a 12 (doze) contraprestações mensais de R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais).

9.1.4. Para orientar a formulação da proposta e lance, ao valor anual para a concessão que o licitante está disposto a ofertar deverá ser aplicado à fórmula abaixo indicada, sendo este convertido no Percentual de Desconto (D) que o licitante deverá registrar no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo. Portanto, a proposta e/ou lances deverão ser registrados em forma de Desconto (D), que representará quantas vezes o licitante se propõe a pagar o valor estimado para concessão.

$$D = [(TC/100) \times (100/EST)]$$

Sendo:

- D: Percentual de Desconto (%)
- TC: Taxa Anual de concessão
- EST: Valor estimado anual da concessão

Exemplo 1: sendo o Valor estimado anual de concessão (EST): R\$ 30.600,00. Se o licitante tem intenção de ofertar a taxa anual de concessão (TC): R\$ 33.660,00. Então:

| | |
|--|---|
| D = [(TC/100) X (100/EST)] D = [(33.660/100) X (100/30.600)] D = 1,10% | O Licitante propôs pagar o valor de R\$ 33.660,00 de taxa anual de concessão (TC), em 12 contraprestações mensais de R\$ 2.805,00. Aplicado à fórmula, este valor resulta em um percentual de desconto 1,10%, que é o que o licitante deverá registrar como proposta no sistema eletrônico COMPRASNET. Neste caso, o licitante se propôs a pagar aproximadamente 1,10 vezes o valor estimado anual de concessão, ou 10% de acréscimo ao valor estimado anual. |
|--|---|

Exemplo 2: exemplos de valores a serem utilizados na etapa de lances da licitação:

| Valor Anual de Concessão Ofertado | R\$ 30.600,00 | R\$ 30.906,00 | R\$ 31.212,00 | R\$ 31.518,00 | R\$ 31.824,00 | R\$ 32.130,00 | R\$ 33.660,00 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Percentual a ser inserido no sistema Comprasgov | 1,00 | 1,01 | 1,02 | 1,03 | 1,04 | 1,05 | 1,10 |

9.1.5. O Percentual de desconto (D) ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas no sistema eletrônico, indicando quantas vezes o licitante se propõe a pagar anualmente pela concessão da área objeto do certame, em relação ao Valor Estimado Anual (EST) pela Administração. Portanto, a Taxa Anual de Concessão (TC) representa o valor a ser efetivamente pago pela Concessionária em contraprestações mensais, com base na aplicação da fórmula anteriormente mencionada.

9.1.6. Será desclassificada a proposta e /ou lance cujo Percentual de Desconto (D) seja menor do que 1% (um por cento), visto que, aplicado à fórmula, resultará em valor inferior ao valor mínimo estimado pela Administração.

9.1.7. O valor anual **ESTIMADO** de concessão foi obtido através de laudo técnico de avaliação emitido pela Diretoria de Infraestrutura - DINFRA deste IFMT, conforme DESPACHO Nº 12/2025 - RTR-DINFRA/RTR-PROAD/RTR/IFMT.

9.1.8. Às contraprestações mensais serão acrescidos os gastos pertinentes a consumo de energia elétrica e água, usufruídos pela Concessionária, conforme disposto no item 5.10.4. deste Termo de Referência.

Regime de Execução

9.2. Considerando a natureza da contratação (concessão administrativa de uso, à título oneroso) e por não se tratar de uma prestação de serviços em que há uma obrigação de fazer direta ao IFMT - Campus Cuiabá, entendemos que não há uma classificação do presente contrato nos regimes de execução previstos em lei.

Exigências de habilitação

9.3. Considerando a natureza da contratação (concessão administrativa de uso, à título oneroso), onde não haverá contrapartida da CEDENTE para os serviços prestados (apenas taxa de concessão paga pela CESSIONÁRIA) e ainda, o Art. 70, III da Lei Nº 14.133/2021, as exigências de habilitação serão simplificadas, no que se fizer possível. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.24. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.24.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.25.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **2 (dois) anos** do fornecedor na prestação dos serviços de alimentação (refeitórios, cantinas, lanchonetes ou similares), em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.25.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.25.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.25.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.25.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.27. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.28. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.33.6.1. ata de fundação;

9.33.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.33.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.33.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.33.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.33.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.33.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com o valor mensal e anual ofertado para o taxa de ocupação, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, além dos dados da licitante e validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

10.2. O valor mensal estimado da taxa de concessão do espaço é de R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais), perfazendo o valor total anual estimado de R\$ 30.600,00 (vinte e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), referente a taxa de ocupação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Não se aplica, pois a contratação em tela não implicará em custos para a Administração.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. São parte integrante deste Termo de Referência, para todos os efeitos, os seguintes apêndices:

12.2.1. APÊNDICE A - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA;

12.2.2. APÊNDICE B - PESQUISA DE SATISFAÇÃO;

12.2.2. APÊNDICE C - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

12.3. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA 216/2026 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA /RTR/IFMT, de 25 de maio de 2026.

ANNA CARLA ACOSTA SANTOS

Demandante - Presidente da Equipe de Planejamento

HELLEN CLAIR GARCEZ NABUCO

Nutricionista - Representante da Área Técnica da Equipe de Planejamento
Portaria Nº 216/2026, de 25 de maio de 2026

DEUZIMAR LIRA DE MATOS

Representante da Área Administrativa da Equipe de Planejamento
Portaria Nº 216/2026, de 25 de maio de 2026

EMILSON PINTEL ZATTAR

Representante da Área Administrativa da Equipe de Planejamento
Portaria Nº 216/2026, de 25 de maio de 2026

12.4. Considerando o atendimento aos requisitos legais, bem como a necessidade da contratação dos serviços elencados no instrumento de planejamento acima, APROVO o presente Termo de Referência.

ALCEU APARECIDO CARDOSO

Diretor Geral do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva
Portaria SRDA/GAB/RTR nº. 1.676, de 22/04/2025 publicada no D.O.U. em 23/04/2025 | Edição:
76 | Seção: 2 | Página: 18

13. ANEXO I

SUPRIMIDO - A LICITAÇÃO CONTARÁ COM INSTRUMENTO DE CONTRATO

~~ANEXO I[A1]~~

~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~

~~(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1.~~ O adjudicatário terá o ~~prazo de~~, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ~~[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo]~~, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

~~1.2.~~ O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

~~1.3.~~ O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

~~1.3.1.~~ referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

~~1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]~~

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4], atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A6].~~

~~3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]~~

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]~~

~~3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**. [A9]~~

~~3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A10]~~

~~3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.~~

~~3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.~~

3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

~~3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.~~

~~3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;~~

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual;~~

~~4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;~~

~~4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;~~

~~4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:~~

~~4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]~~

- ~~4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;~~
- ~~4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;~~
- ~~4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;~~
- ~~4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~
- ~~4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;~~
- ~~4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~
- ~~4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~
- ~~4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- ~~4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- ~~4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;~~
- ~~4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~
- ~~4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]~~
- ~~4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;~~
- ~~4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~
- ~~4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~
- ~~4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~
- ~~4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~4.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.[A15].~~

~~4.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~4.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]~~

~~4.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

~~4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.~~

~~4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.~~

~~4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.~~

~~4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.~~

~~4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.~~

~~4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.~~

~~4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.~~

~~4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.~~

~~4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.~~

~~4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]~~

~~4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.~~

~~4.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

~~4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.~~

~~4.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:~~

~~4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.1.44.3. florestas plantadas; e~~

~~4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.~~

~~4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:~~

~~4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;~~

~~4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;~~

~~4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e~~

~~4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.~~

~~4.1.16. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:~~

~~4.1.17. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.~~

~~4.1.18. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:~~

~~4.1.18.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.~~

~~4.1.18.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.~~

~~4.1.18.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.18.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.49 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.~~

~~4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.~~

~~4.1. 51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:~~

~~4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.~~

~~4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.~~

~~4.1.52.. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.~~

~~4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.~~

~~4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.~~

~~4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).~~

4.1.56. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos. [A18]

~~4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.~~

4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD [A19]

~~5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

~~5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~

~~5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.~~

~~5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.~~

~~5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.~~

~~5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]~~

~~5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.~~

~~5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]~~

~~5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.~~

~~5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.~~

~~5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.~~

~~5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.~~

~~5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]~~

~~6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]~~

~~6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

~~OU~~

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~6.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~6.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[A24]~~

~~6.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A25]~~

~~OU~~

~~6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A26] contraentes.~~

~~6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~6.10.3. Indenizações e multas:~~

~~6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~7. DOS CASOS OMISSOS~~

~~7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]~~

~~8. ALTERAÇÕES~~

~~8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).~~

~~8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]~~

~~8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~9. FORO~~

~~9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

APÊNDICE A

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ~~*OU Aviso de Contratação Direta*~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Considerando o atendimento aos requisitos legais, bem como a necessidade de aquisição dos serviços elencados no instrumento de planejamento acima, APROVO o presente Termo de Referência.

ALCEU APARECIDO CARDOSO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 18:03:33.

ANNA CARLA ACOSTA SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 15:02:05.

HELLEN CLAIR GARCEZ NABUCO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 12:39:25.

EMILSON PINTEL ZATTAR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 12:16:41.

DEUZIMAR LIRA DE MATOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 13:41:25.